



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

**A AQUISIÇÃO DAS PREPOSIÇÕES *DE, PARA E COM*  
POR FALANTES DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

GABRIEL MALHEIROS TEODORO

BRASÍLIA  
2020

GABRIEL MALHEIROS TEODORO

**A AQUISIÇÃO DAS PREPOSIÇÕES *DE, PARA E COM*  
POR FALANTES DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Letras – habilitação Língua Portuguesa e Respectiva Literatura

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

BRASÍLIA  
2020

*“Tenho-vos dito isto, para que em mim  
tenhais paz; no mundo tereis aflições,  
mas tende bom ânimo, eu venci o mundo”*

JOÃO, 16:33

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo seu sacrifício na cruz do Calvário, o qual me dá a cada manhã uma chance de ser perdoado e de recomeçar. Agradeço a Ele pela paciência, pelo amor, pela graça, pela compaixão e pela misericórdia que Ele tem me oferecido durante toda a minha vida, pois, nos momentos mais difíceis, eu senti a presença d'Ele, e isso me deu forças para continuar. Sem Ele, nada seria possível.

Agradeço aos meus pais, à minha irmã e aos meus familiares pelo apoio incomensurável e por nunca deixarem de acreditar em mim, independentemente de tudo. Muito obrigado pelo amor, pelo carinho, pela proteção, pelo respaldo e pela sabedoria. Sem vocês na minha vida, eu não teria alcançado nada do que alcancei até hoje.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Lunguinho, por todo o apoio que ele me deu e paciência que teve comigo nessa caminhada. Agradeço a ele pelos conselhos, pelas palavras de encorajamento e pelo conhecimento. Sem estes, eu não teria terminado esta monografia.

Agradeço a todos os professores da minha vida, dentro e fora da UnB, os quais me ensinaram o necessário para chegar neste estágio da minha vida.

Agradeço, por fim, a todos os amigos que estiveram comigo nesta caminhada, dentro e fora da UnB.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de aquisição por crianças brasileiras de três preposições da língua portuguesa – a saber, *de*, *para* e *com* – a fim de confirmar ou refutar a ideia de que, assim como os outros elementos funcionais e lexicais, as preposições também são adquiridas em tempos diferentes – isto é, as preposições lexicais entrariam na fala de uma criança antes das preposições funcionais. A partir dos dados de duas crianças, os quais foram obtidos por meio transcrições presentes no site do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio (CEDAE), investigarei a ordem em que essas preposições são adquiridas e em que contextos – lexical, semilexical ou funcional – elas são predominantemente produzidas. Para tal, a análise será desenvolvida no arcabouço da Teoria Gerativa, utilizando: a) a divisão das preposições em preposições lexicais e preposições funcionais, tal como apresentada por Miotto et al (2007); e b) a abordagem de categorias *fine-grained* proposta por Littlefield (2006).

**Palavras-chave:** Aquisição da linguagem  
Teoria Gerativa  
Preposições  
Categorias lexicais  
Categorias funcionais

## ABSTRACT

This paper aims to analyze children's acquisition of three Brazilian Portuguese prepositions, namely *de* ('of'), *para* ('to') e *com* ('with'), in order to confirm or disprove the idea that, just like other functional and lexical elements, prepositions are acquired at different times – that is, lexical prepositions enter into children's speech before their functional counterparts. Based on the data from two Brazilian children, which were taken from transcripts found on the website of Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio (CEDAE), I will look into the order in which these prepositions are acquired and the contexts – lexical, semilexical or functional – in which they are most commonly used. To this end, I will draw on the Generative Grammar theory, namely: a) the division between lexical prepositions and functional prepositions posited by Miotto et al (2007); and b) Littlefield's (2006) fine-grained category approach.

**Key words:** Language acquisition  
Generative theory  
Prepositions  
Lexical categories  
Functional categories

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	
Significado das preposições <i>de</i> , <i>para</i> e <i>com</i> de acordo com Rocha Lima (1999) .....	13
<b>QUADRO 2</b>	
Conteúdo semântico das preposições <i>de</i> , <i>para</i> e <i>com</i> segundo Cunha & Cintra (1998) .....	17
<b>QUADRO 3</b>	
O domínio das preposições - traços e propriedades .....	23

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	
Produção total de preposições pelas crianças .....	34
<b>TABELA 2</b>	
Produção de cada tipo de preposições pelas crianças em faixas etárias .....	35
<b>TABELA 3</b>	
Produção de preposições específicas pelas crianças .....	36

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA GERATIVA .....</b>	<b>3</b>
1.1 Noções gerais .....	3
1.2 O início da teoria .....	5
1.3 Evolução da teoria: o modelo de Princípios e Parâmetros .....	8
<b>2. AS PREPOSIÇÕES <i>DE</i>, <i>PARA</i> E <i>COM</i> NA GRAMÁTICA TRADICIONAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 Rocha Lima .....	12
2.2 Celso Cunha & Lindley Cintra .....	15
2.3 Evanildo Bechara .....	18
<b>3. SOBRE A NATUREZA CATEGORIAL DA PREPOSIÇÃO .....</b>	<b>20</b>
3.1 A natureza híbrida das preposições .....	20
3.2 Traços lexicais e funcionais .....	22
3.3 As preposições e as categorias semilexicais .....	28
<b>4. ANÁLISE DE DADOS:</b>	
<b>AQUISIÇÃO DAS PREPOSIÇÕES <i>DE</i>, <i>COM</i> E <i>PARA</i> EM PORTUGUÊS .....</b>	<b>32</b>
4.1 Metodologia de coleta de dados .....	32
4.2 Objetivo e questões de pesquisa .....	33
4.3 Resultados: os dados de produção das preposições .....	34
4.4 Discussão: adquirindo preposições em português .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>43</b>



## INTRODUÇÃO

Diferentemente dos verbos e dos nomes, a categoria das preposições ainda permanece nebulosa. Devido em parte ao caráter incerto e conflituoso de sua natureza categorial, entre outros fatores, poucos estudos acerca dessa classe no português do Brasil têm sido realizados (SALLES, 1992; BERG, 1998; PERINI-SANTOS, 2011). Isso é ainda mais evidente se nos restringirmos à aquisição dessas palavras por falantes nativos do português. Nesse caso, o número é quase zero, sendo que a imensa maioria dos trabalhos que lidam com a temática da aquisição de preposições no português estão restritos à sua aquisição falantes do português como segunda língua (OLIVEIRA, 2005; MESQUITA, 2008; LINJUN, 2014).

Dessa maneira, por causa dessa escassez de pesquisas concernentes a este tema, pretendo neste trabalho contribuir de alguma forma para um maior esclarecimento sobre o processo de aquisição de preposições por crianças falantes do português do Brasil. Pretendo com este trabalho verificar se o caráter híbrido da categoria das preposições se mantém no processo de aquisição da linguagem. Em outras palavras, tentarei validar ou refutar a ideia de que as preposições lexicais no português, assim como no inglês (LITTLEFIELD, 2005), são adquiridas antes das preposições funcionais. Para tanto, adotarei como foco três preposições, a saber, *de*, *para* e *com*. Essas preposições foram escolhidas por motivos de frequência e, principalmente, pelo fato de que elas ocorrem em diversos contextos e podem expressar diferentes sentidos e conotações.

Não obstante a crescente tendência em postular o esvaziamento semântico de algumas preposições, em especial da preposição *de* (BERG, 1998), sustentarei que grande parte das preposições do português podem carregar traços lexicais e funcionais, a depender do contexto em que aparecem e das relações sintáticas que estabelecem com os itens lexicais que as circundam.

Para fins de classificação, não tomarei nenhuma das três preposições aqui analisadas como inteiramente lexical ou funcional. Como uma alternativa, farei uso, em certa medida, da perspectiva apresentada por Littlefield (2006), a qual analisa a classe das preposições por meio de categorias *fine-grained*. De acordo com essa abordagem, os traços lexicais e funcionais não são

mantidos em uma oposição binária. Assim, uma preposição pode apresentar-se como o resultado da combinação de quatro possíveis traços, quais sejam, [+LEXICAL], [-LEXICAL], [+FUNCIONAL] e [-FUNCIONAL], sendo que este último, como mostrarei ao decorrer deste trabalho, será desconsiderado.

É importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é apresentar uma possível contraproposta aos modelos de classificação de preposições apresentados pela literatura. Muito pelo contrário, o objetivo deste trabalho é apenas contribuir para o entendimento de como e quando as preposições entram no léxico de falantes nativos do português, sendo que as abordagens categoriais aqui adotadas servem tão somente para guiar este estudo.

Pretendo, assim, tornar mais clara a ordem de aquisição das preposições por crianças falantes do português. Tentarei, a partir das três preposições mencionadas, identificar se a afirmação de que os itens lexicais são adquiridos antes dos funcionais também se aplica à classe das preposições.

Para tal, este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresento, de maneira bastante sucinta, algumas características basilares da Teoria Gerativa e como alguns conceitos foram repensados e reformulados ao longo do tempo, desde o início da Gramática Gerativo-Transformacional até a introdução da Teoria dos Princípios e Parâmetros.

No segundo capítulo, destaco alguns conceitos, classificações e exemplos acerca da categoria das preposições presentes em gramáticas tradicionais da língua portuguesa, a saber: Rocha Lima (1999), Cunha & Cintra (2001) e Bechara (2009).

No terceiro capítulo, teço algumas considerações com relação à natureza categorial das preposições, sobretudo acerca do debate em relação aos traços funcionais e lexicais dessa categoria. Tento salientar a dificuldade em não atribuir às preposições um caráter essencialmente híbrido e heterogêneo, o que a diferencia notadamente das outras classes gramaticais. Ancorado nos modelos apresentados por Littlefield (2006) e Thomman (2013), procuro demonstrar como as preposições do português se subdividem em três subcategorias, a saber, lexical, funcional e semilexical.

Por fim, no quarto e último capítulo, exponho os resultados do estudo concernente à aquisição das preposições *de*, *para* e *com* no português do Brasil e de que modo essas preposições podem ser classificadas quanto à sua natureza.

# CAPÍTULO 1

## BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA GERATIVA

### 1.1. NOÇÕES GERAIS

A Teoria Gerativa é uma teoria linguística que teve sua origem na década de 50, a partir da publicação dos livros *Syntactic Structures*, em 1957, e *Aspects of the Theory of Syntax*, em 1965, por Noam Chomsky. Seu surgimento foi, em um primeiro momento, uma reação ao Behaviorismo, escola de pensamento que dominava as ciências sociais e cognitivas até então.

Os behavioristas, dentre os quais se destacam o psicólogo B. F. Skinner e o linguista Leonard Bloomfield, adotavam uma perspectiva empirista em relação à aquisição do conhecimento e, conseqüentemente, da linguagem. Para eles, a linguagem era algo externo ao ser humano, isto é, condicionada por elementos exclusivamente sociais. Por conta disso, ela só poderia ser adquirida por meio de estímulos e respostas: com o tempo e com a repetição, a gramática e o vocabulário de uma língua seriam internalizados, e o falante os reproduziria posteriormente.

Foi contra esse pensamento que Chomsky propôs uma alternativa. De acordo com a Teoria Gerativa, o ser humano já nasce equipado com uma Faculdade da Linguagem, isto é, um dispositivo que possibilita que todo ser humano, com exceção de alguns casos de patologia extrema, adquira uma língua.

Para construir sua teoria, Chomsky valeu-se de dois fatos: o argumento da pobreza de estímulo e a competência do falante. Ora, se a linguagem é fruto de um processo de estímulo e resposta a dados linguísticos, o conhecimento da criança acerca de sua língua deveria estar restrito ao que foi apresentado a ela durante o período de aquisição. Porém, isso não é o que

ocorre. Basta conversar com uma criança de 4 anos para que se perceba o que ela sabe e a infinidade de sentenças que ela pode proferir. Sobre isso, Pinker (2007) escreve:

Primeiramente, quase toda sentença que uma pessoa profere ou compreende é uma combinação de palavras totalmente nova, aparecendo pela primeira vez na história do universo. Portanto uma língua não pode ser um repertório de respostas; o cérebro deve conter uma receita ou programa que seja capaz de construir um conjunto ilimitado de sentenças a partir de uma lista finita de palavras. Esse programa pode ser chamado de gramática mental. O segundo fato fundamental é que crianças desenvolvem essas complexas gramáticas rapidamente e sem instrução formal, chegando posteriormente a interpretar de maneira consistente construções sentenciais com as quais que elas nunca haviam se deparado. Desse modo, ele (Chomsky) argumentou, uma criança deve ser munida desde o nascimento com um plano comum às gramáticas de todas as línguas, uma Gramática Universal, que possibilite a ela extrair padrões sintáticos da fala de seus pais.

(PINKER, 2007, p. 9, tradução nossa)<sup>1</sup>

É improvável que uma criança, apenas por repetição e imitação, seja capaz de estruturar, de maneira competente, sentenças de diversos tipos e níveis de complexidade. Mais improvável ainda é que o corpo limitado de dados que é exposto à criança até essa idade seja suficiente para dar conta de tamanha flexibilidade e criatividade presente no seu desempenho linguístico.

Por essas razões, Chomsky propôs o conceito de *Gramática Universal*, o qual é qualificado como um sistema inato de princípios aplicáveis a todas as línguas humanas. Em outras palavras, o estágio inicial da Faculdade da Linguagem. O ser humano não nasceria, portanto, com uma “tábula rasa”, mas equipado com um dispositivo que o torna capaz de aprender qualquer língua. Segundo Chomsky (1981, p. 38, tradução nossa), “a Gramática Universal pode ser pensada como um sistema de princípios comum à espécie e disponível a cada indivíduo antes da experiência”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> No original: “First, virtually every sentence that a person utters or understand is a brand-new combination of words, appearing for the first time in the history of the universe. Therefore a language cannot be a repertoire of response; the brain must contain a recipe or program that can built an unlimited set of sentences out of a finite list of words. That program may be called a mental grammar(...) The second fundamental fact is that children develop these complex grammars rapidly and without formal instruction and grow up to give consistent interpretations to novel sentence constructions that they have never before encountered. Therefore, he argued, children must innately be equipped with a plan common to the grammars of all languages, a Universal Grammar, that tells them how to distill the syntactic patterns out of the speech of their parents”.

<sup>2</sup> Conforme original: “Universal Grammar may be thought of as some system of principles, common to the species and available to each individual prior to experience.”

Assim, o Gerativismo tenta explicar os princípios que norteiam essa Faculdade da Linguagem, isto é, a natureza do conhecimento inconsciente e intuitivo que torna possível ao falante usar sua língua. Não se pretende apenas descrever fatos linguísticos, mas derivar princípios a partir desses fatos. Para Chomsky,

Não importa quão cuidadosas as nossas observações, quão objetivos os nossos métodos, e quão replicáveis nossos “experimentos”, os fatos apresentados são, na minha opinião, de pouco interesse em si mesmos. O que é interessante é sua relevância para teorias explicativas que buscam formular os princípios fundamentais da faculdade da linguagem.

(CHOMSKY, 1979 [2007], p.107, tradução nossa)<sup>3</sup>

## 1.2. O INÍCIO DA TEORIA

A partir da ideia de uma Faculdade da Linguagem, Chomsky, a fim de tornar explícito o funcionamento dos princípios básicos da linguagem, propõe a construção de um modelo formal, a teoria da Gramática Gerativo-Transformacional, a qual possibilita a dedução ou derivação de fenômenos a partir de regras ou princípios explícitos.

Essa teoria considera a gramática como um sistema de regras e princípios que geram precisamente as combinações de palavras que constituem as sentenças e frases tidas como gramaticais em uma determinada língua. Embora já tenha sido revisado, esse modelo serviu como base da Teoria Gerativa em seus primeiros anos. Segundo essa teoria, as estruturas de uma sentença são representadas por regras de estrutura sintagmática (*phrase structure rules*) e regras de reescrita (*rewrite rules*).

Assim, em um primeiro momento, essa teoria torna possível a visualização da estrutura e das relações dos elementos constituintes de uma sentença, isto é, seus marcadores sintagmáticos. Isso é feito por meio de regras de reescrita, as quais são descritas, da seguinte maneira, por Ronat

---

<sup>3</sup> No original, lê-se: “No matter how careful our observations, how objective our methods, and how replicable our “experiments”, the facts presented are, in my opinion, of little interest in themselves. What is of interest is their bearing on explanatory theories that seek to formulate the fundamental principles of the language faculty.”

(1979 [2007], p. 104, tradução nossa)<sup>4</sup> da seguinte maneira: “um conjunto finito de regras de reescrita, isto é, regras tendo a forma  $\phi \rightarrow \psi$ , que pode ser traduzida da seguinte forma: toda vez que houver o elemento  $\phi$ , que está à esquerda da flecha, pode-se substituí-lo por  $\psi$ , que está à direita da flecha”.

Para tornar tal ideia mais clara, consideremos as seguintes frases:

- (1) a. João ama Maria.  
b. \*João Maria ama.  
c. \*Ama João Maria.
  
- (2) a. Maria ama João.  
b. \*Maria João ama.  
c. \*Ama Maria João.

Qualquer falante de português iria intuitivamente e sem qualquer tipo de esforço saber que apenas (1a) e (2a) são possíveis na língua portuguesa. Sabemos que esse conhecimento implícito existe, mas não sabemos com precisão como ele funciona, nem exatamente o que ele é. Isso é o que a Gramática Gerativo-Transformacional tenta explicar e demonstrar por meio das já mencionadas regras de reescrita.

No entanto, embora as regras sintagmáticas evidenciem a estrutura das combinações de palavras, elas limitam-se a revelar como uma composição simples é formada, mas não são suficientes para explicar suas relações com outras estruturas. Para tal, é necessária a introdução das chamadas regras transformacionais (*transformational rules*), outro componente essencial à Gramática Gerativo-Transformacional.

As regras transformacionais são um conjunto de operações que servem para gerar sentenças equivalentes. Elas relacionam marcadores sintagmáticos por meio de processos de derivação da Estrutura Profunda (*Deep Structure*) para a Estrutura Superficial (*Surface Structure*), isto é, duas representações da sentença. Essas duas estruturas – Profunda e Superficial

---

<sup>4</sup> No original: “(...) a finite set of rewriting rules, that is, rules having the form  $\phi \rightarrow \psi$ , which can be translated as follows: Each time you encounter  $\phi$ , which is to the left of the arrow, you can replace it by  $\psi$ , which is to the right of the arrow.”

– foram a princípio tomadas como basilares para a Gramática Gerativo-Transformacional. Elas foram ambas desenvolvidas por Chomsky em seus livros *Syntactic Structures* e *Aspects of the Theory of Syntax*.

A Estrutura Profunda é uma representação abstrata das relações semânticas subjacentes ao nível superficial das estruturas de uma sentença, o qual seria a Estrutura Superficial. Nesse sentido, a Estrutura Profunda seria convertida em Estrutura Superficial por meio de transformações, dando origem às representações em Forma Fonética e Forma Fonológica das sentenças, isto é, às representações derivadas da Estrutura Superficial, a qual, por sua vez, foi derivada da Estrutura Profunda.

Um exemplo capaz de evidenciar as Estruturas Profunda e Superficial é a clássica transformação da voz ativa para a voz passiva. Se tomarmos como exemplo as sentenças *A menina empurrou a cadeira* e *A cadeira foi empurrada pela menina*, podemos perceber a existência de duas combinações superficiais que têm como representação abstrata a mesma Estrutura Profunda, isto é, o fato de a menina ter empurrado a cadeira.

Chomsky ainda apresenta outro conceito que merece destaque: a distinção entre *competência* e *desempenho linguístico*. Essa distinção pode ser melhor explicada por meio de exemplos. Para tal, consideremos as frases *Lucas disse que ele vai se mudar* e *Ele disse que Lucas vai se mudar*. Um falante de português do Brasil poderia dizer, a partir da primeira sentença, que ou Lucas ou uma outra pessoa do sexo masculino vai se mudar. Porém, esse mesmo falante jamais iria pensar, ao ler a segunda sentença, que outra pessoa que não Lucas irá se mudar. Esse tipo de conhecimento inerente ao falante de uma língua e de certa forma inconsciente é o que se denomina competência linguística, isto é, o conhecimento linguístico possuído por um falante nativo de uma determinada língua.

O desempenho linguístico, por outro lado, não se restringe ao conhecimento linguístico propriamente dito, mas à externalização deste conhecimento, isto é, o emprego concreto da linguagem. Assim, quando um falante troca algumas letras quando pronuncia uma palavra ou comete algum erro semelhante, ele está cometendo um desvio apenas no seu desempenho da língua, sem nada ter a ver com o seu conhecimento desta.

Para Chomsky, inicialmente, a função do linguista gerativista seria investigar justamente a competência do “falante ideal”, sem ser distraído por questões que transcendem o nível gramatical. Assim, a competência é uma capacidade mais abstrata e idealizada do que o

desempenho, uma vez que se mantém inalterada, mesmo diante de variáveis de natureza não linguística.

Alguns desses conceitos, sobretudo as noções de Estrutura Profunda e Superficial, embora tenham sido de imensa relevância para os primeiros anos da Gramática Gerativa, foram revistos por diferentes linguistas, inclusive pelo próprio Chomsky. Logo, algumas dessas ideias não se sustentam hoje tal como eram em seus primeiros anos, uma vez que outras alternativas foram sendo apresentadas.

### **1.3. EVOLUÇÃO DA TEORIA: PRINCÍPIOS E PARÂMETROS**

A partir da década de 80, a Teoria Gerativa sofreu mudanças bastantes significativas. A Teoria da Gramática Universal foi refinada, e o foco deslocou-se da análise de sentenças com estruturas específicas à busca pela compreensão dos princípios gerais responsáveis pela produção dessas estruturas. Com isso, a busca dos chamados universais linguísticos – padrões e fenômenos que ocorrem de maneira sistemática em todas as línguas – ganharam força. Ou seja, os gerativistas passaram, cada vez mais, a direcionar sua atenção para generalidades presentes em todas as línguas, em detrimento de particularidades encontradas em apenas algumas delas.

Para evidenciar o funcionamento da Gramática Universal, foi proposta a Teoria dos Princípios e Parâmetros. Segundo Lust (2006, p.55, tradução nossa)<sup>5</sup>, “a Teoria dos Princípios e Parâmetros define tanto um conjunto de princípios universais que capturam aquilo que subjaz a estrutura linguística de um modo geral quanto um conjunto finito de parâmetros que dão conta de possíveis variações entre as línguas”.

Os princípios são, portanto, elementos inerentes à Gramática Universal que se aplicam a todas as línguas humanas, limitando suas variações. Os parâmetros, por sua vez, são justamente os responsáveis pelas variações entre as línguas. Estes possuem um valor binário, que pode ser metaforicamente descrito como “ligado” ou “desligado”. A fixação dos parâmetros ocorre quando a criança é exposta aos dados linguísticos durante a infância. Diferentemente do que

---

<sup>5</sup> Conforme se diz o original: “Principles and Parameters” theory of UG defines both a set of universal *principles* which capture what underlies language structure everywhere, and a finite set of *parameters* to account for possible cross-linguistic variation.”



propunham os behavioristas, a criança não nasce sem qualquer conhecimento linguístico, precisando ter acesso a uma imensurável quantidade de dados para reproduzi-los. Ela já nasce com sua Gramática Universal e, conseqüentemente, com os princípios que regem as línguas humanas. Tudo que ela precisa fazer é ser exposta aos dados e, a partir dessa exposição, preencher os parâmetros.

Para uma melhor visualização, considere o Princípio da Endocentricidade, que postula que cada constituinte XP em uma sentença possui um núcleo X. Para esse princípio, temos o Parâmetro da Posição do Núcleo (*head-direction parameter*). O que o princípio postula é a necessidade de haver um núcleo. Porém, esse núcleo pode ser inicial ou final. Caberá à criança, ao ser exposta aos dados linguísticos de uma determinada língua, identificar a posição do núcleo em sua língua e estabelecer o parâmetro em alguma das duas posições disponíveis – núcleo inicial (*head-initial languages*, como o inglês e o português) ou núcleo final (*head-final languages*, como o japonês). Tal conceito se torna ainda mais claro com uma metáfora proposta por Chomsky (1988, p. 68, tradução nossa):<sup>6</sup>

O estado inicial da faculdade da linguagem consiste em uma coleção de subsistemas, ou módulos, dos quais cada um é baseado em determinados princípios gerais. Cada um desses princípios admite uma certa possibilidade de variação bem limitada. Pode-se considerar o sistema como uma rede complexa, a qual é associada com uma caixa de interruptores que contém um número finito de interruptores. A rede é invariável, mas cada interruptor pode estar em uma de duas posições, ligado ou desligado. A menos que os interruptores são acionados, nada ocorre. Mas quando os interruptores são acionados em um dos dois jeitos possíveis, o sistema funciona, dando origem a uma variedade infinita de interpretação de expressões linguísticas. (...) Para adquirir uma língua, a mente de uma criança deve determinar em que posição o interruptor foi acionado.

Outro exemplo bem conhecido é o Princípio de que *toda língua tem sujeito*. Sabendo disso, a criança apenas deve decidir se sua língua permite ou não a ocorrência do Sujeito Nulo (parâmetro). O português do Brasil, embora haja uma tendência ao contrário, é uma língua *pro*

---

<sup>6</sup> De acordo com o original: “The initial state of the language faculty consists of a collection of subsystems, or modules as they are called, each of which is based on certain very general principles. Each of these principles admits of a certain very limited possibility of variation. We may think of the system as a complex network, associated with a switch box that contains a finite number of switches. The network is invariant, but each switch can be in one of two positions, on or off. Unless the switches are set, nothing happens. But when the switches are set in one of the permissible ways, the system functions, yielding the entire infinite array of interpretation for linguistic expressions(...)To acquire a language, children’s mind must determine how the switches are set.”

*drop*, isto é, uma língua na qual o falante tem a opção de identificar o sujeito apenas pela flexão de concordância.

Dessa maneira, a Teoria dos Princípios e Parâmetros define que o conhecimento linguístico de uma pessoa é derivado a partir de duas noções. Os Princípios, como já mencionado, são um grupo ou conjunto de regras comuns a todas as línguas e são inatos. Os Parâmetros, por outro lado, são espécies de marcações binárias que dão margem à variabilidade entre as línguas de um modo geral. Embora os parâmetros também sejam inatos, a sua marcação não é e depende da experiência linguística.

O que podemos perceber, a partir disso, é que a Teoria Gerativa em nenhum momento despreza a importância dos dados linguísticos encontrados pela criança em sua relação com o meio. O que Chomsky e outros têm tentado solucionar é a imensa disparidade entre o conhecimento linguístico adquirido pela criança em tão pouco tempo e a enorme limitação de *input* disponível – disparidade que ficou conhecida como o Problema de Platão. Como declara Lust (2006, p. 69, tradução nossa)<sup>7</sup>,

a GU não nega o papel da experiência. Ela propõe que princípios linguísticos abstratos integram com a experiência e permite ir além dos limites desta. (...) A GU nos permite unir dedução e indução por meio de *abdução*. "Abdução" refere-se à análise de fatos observados contra hipóteses explicativas. Um modelo que inclui abdução reconhece a necessidade de uma criança usar o input com a qual ela é apresentada, mas permite que ela o faça de uma maneira orientada, indo além dos limites da mera indução.

Por fim, outras contribuições bastante importantes foram feitas à Teoria Gerativa durante a década de 80, a qual tem estado em contínua revisão e nos anos 90, no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros, surge o Programa Minimalista, que tem buscado determinar as propriedades necessárias e essenciais à Faculdade da Linguagem.

Ante o exposto acima, podemos ter uma visualização geral acerca da evolução da Teoria Gerativa e do estudo da linguagem em si. Nos capítulos que se seguem, passo a dar um enfoque exclusivo às preposições e, mais especificamente, às preposições *de*, *para* e *com*. No capítulo

---

<sup>7</sup> Como diz o original: "UG does not deny the role of experience. It proposes that abstract linguistic principles interact with experience and allow children to go beyond the limits of actual experience. (...) UG allows us to bridge deduction and induction through *abduction*.<sup>11</sup> "Abduction" refers to the analysis of observed fact against explanatory hypotheses. A model including abduction recognizes the necessity for children to use the input with which they are presented, but allows that they do so in a guided way (by the Language Faculty), going beyond the limits of induction alone."

subsequente, forneço uma espécie de panorama de como essas três preposições são discutidas nas gramáticas tradicionais e quais tipos de relações sintático-semânticas são atribuídas a elas nessas gramáticas.

## CAPÍTULO 2

### AS PREPOSIÇÕES *DE*, *PARA* E *COM* NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

#### 2.1. ROCHA LIMA

Em *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rocha Lima (1999, p. 432) define as preposições como “palavras que subordinam um termo da frase a outro – o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro”. Considerando características sintáticas, Rocha Lima divide as preposições em *essenciais*, isto é, palavras que são preposições por origem, e *acidentais*, as quais pertencem a outras classes gramaticais, mas podem figurar como preposições.

No tocante ao papel semântico que as preposições desempenham, Rocha Lima oferece outra divisão classificatória, levando em consideração o sentido que uma determinada preposição comporta. Assim, o autor postula que há dois tipos de preposições, quais sejam, *preposições fortes* e *preposições fracas*. No primeiro grupo, estão aquelas que possuem significação em si mesmas, ou seja, contribuem semanticamente para o sintagma no qual se inserem. No segundo grupo, Rocha Lima inclui as preposições que “não têm sentido nenhum, expressando tão somente, em estado potencial e de forma indeterminada, um sentido de relação. No contexto é que se concretiza o valor significativo das várias relações que elas têm aptidão para exprimir”. (ROCHA LIMA, 1999, p. 355)

Essa divisão entre preposições fracas e fortes, embora não seja idêntica à distinção entre preposições lexicais e preposições funcionais, é de certa forma análoga a essa diferenciação. Rocha Lima admite uma cisão inerente à categoria das preposições, o que aponta, já em meados

do século XX, para um reconhecimento da qualidade híbrida desta classe gramatical. Portanto, pode-se perceber que a ideia de que preposições, embora similares em alguns aspectos, são extremamente divergentes em outros tem sido aceita há muitas anos, mesmo entre alguns autores da gramática tradicional da língua portuguesa.

Contudo, muito embora Rocha Lima faça referência a preposições que, segundo ele, não carregam sentido algum – entre as quais ele inclui as preposições *de* e *com* –, o autor adota um modelo classificatório em que todas as preposições essenciais, mesmo aquelas tidas como fracas, são caracterizadas por possuírem traços que veiculam relações semânticas. Abaixo, encontra-se um Quadro, adaptado a partir dos exemplos apresentados por Rocha Lima (1999), que revela os principais significados que *de*, *com* e *para* – as duas primeiras são preposições fracas – podem assumir<sup>8</sup>:

**Quadro 1:** Significado das preposições *de*, *para* e *com* de acordo com Rocha Lima (1999)

	PREPOSIÇÕES		
RELAÇÕES SEMÂNTICAS	<i>De</i>	<i>para</i>	<i>Com</i>
<b>Lugar</b>	“Vinha do piano, enxugando a testa com o lenço.”	“E para casa se partiu.”	
<b>Origem, procedência</b>	“Sou filho das selvas”		
<b>Causa</b>	“Cego de ver miragens tenho os olhos”		“Fora rico e empobrecera com as secas.”
<b>Efeito</b>	“O estado dela é gravíssimo; mas não é mal de morte”		
<b>Assunto</b>	“Falemos do direito ao gládio que reluz!”		
<b>Meio</b>	“Porque o senhor até a idade de trinta anos vivia do ofício de S. José, e do trabalho de suas próprias mãos”		
<b>Modo</b>	“Não me olhou de rosto, mas a furto e a medo.”		

<sup>8</sup> Os exemplos elencados por Rocha Lima são todos provenientes de fontes literárias. Para não aumentarmos o tamanho do Quadro, vamos omitir a autoria dos exemplos. O leitor interessado, pode buscar a autoria dos exemplos nas páginas de onde os extraímos.

<b>Tempo</b>	“De noite, em doces sonhos que mentiam; De dia, em pensamentos que voavam...”		
<b>Companhia</b>			“Eu quero marchar com os ventos, com os mundos...co’os firmamentos!”
<b>Instrumento</b>			“E um dia inteiro ao sol paciente estive com o destro bico a arquitetar o ninho.”
<b>Simultaneidade</b>			“(…) e concerta com o sabiá da mata, pousado no galho próximo, o canto agreste.”
<b>Oposição</b>			“Temos guerra com a Espanha, senhor.”
<b>Fim</b>		“Talhado para as grandezas...” “Capitu ia lá coser, às manhãs; alguma vez ficava para jantar.”	
<b>Consequência</b>		“Acho que vivo muito triste para ser feliz!”	
<b>Direção</b>		“Para o norte inclinando a lombada brumosa (...)”	

**Fonte:** Adaptado de Rocha Lima (1999, p. 446 - 459)

Das relações e exemplos acima exibidos, parece-me haver alguns fatos de relevância para este trabalho. De início, vale destacar que, muito embora Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, classifique as preposições *com* e *de* como fracas, ele não apresenta razões para tal. Além disso, essas preposições, assim como a preposição *para* – à qual o autor não faz menção no tocante a sua classificação –, introduzem adjuntos nos exemplos apresentados, o que pode indicar que o autor não considerou como fator relevante para a descrição semântica da preposição o fato de essa palavra introduzir um argumento ou um adjunto.

Em relação à preposição *para*, Rocha Lima oferece dois exemplos da relação semântica *fim*, os quais são destacados abaixo:

- (1) a. Talhado para as grandezas.
- b. Capitu ia lá coser, às manhãs; alguma vez ficava para jantar.

Nota-se que, não obstante o uso de ambas as frases como exemplos do sentido final da preposição *para*, em (1a), o núcleo preposicional introduz um complemento, ao passo que em (1b) ele introduz um adjunto adverbial de finalidade. Além disso, não acredito que seja possível classificar a preposição *para* como lexical ou semilexical em (1a), uma vez que o sentido de finalidade parece esgotar-se no uso figurativo de *talhado*, particípio passado do verbo *talhar*. Este último, de significado “cortar”, já comporta, quando empregado de modo conotativo, sentido de “destinado, moldado, próprio”. Ademais, aliada à incapacidade semântica de substituir-se a preposição *para* em (1a), a remoção ou permutação desta torna a sentença agramatical. Desse modo, penso que o uso de (1a) como um exemplo das relações semânticas que *para* pode evocar não é inteiramente conveniente.

## 2.2 CELSO CUNHA & LINDLEY CINTRA

De maneira semelhante a Rocha Lima (1999), Cunha & Cintra (1998, p. 374 ), em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, definem as preposições como “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)”. Além disso, eles também admitem a existência de preposições essenciais, as quais se distinguem de outras palavras, pertencentes a classes gramaticais distintas, que aparecem por vezes desempenhando uma função preposicional.

No entanto, no que concerne às relações semânticas, Cunha & Cintra propõem uma abordagem relativamente diferente daquela apresentada por Rocha Lima. Eles não argumentam em favor de uma cisão quanto à significação das preposições. Ao contrário, eles postulam que todas as preposições, ao menos aquelas denominadas essenciais, possuem uma significação fundamental, as quais expressam *movimento* ou *ausência de movimento (situação)*. Além disso,

esse conteúdo fundamental, tratado como ausência de movimento ou não, é considerado em referência ao espaço, tempo ou noção. Sobre isso, Cunha & Cintra (1998, p. 375) afirmam que “a relação que se estabelece entre palavras ligadas por intermédio de preposição pode implicar movimento ou não movimento; melhor dizendo: pode exprimir movimento ou uma situação daí resultante”.

Desse modo, segundo essa proposta, uma preposição qualquer pode indicar traços de movimento, ausência de movimento ou ambos. A partir disso, cada preposição, e para cada um desses traços, é situada conforme as relações temporais, espaciais e nocionais que expressam.

Segundo Cunha & Cintra, as preposições *para* e *de* estabelecem somente relações de movimento; a preposição *com*, de situação. Para os autores, *de* pode indicar afastamento de um ponto, procedência e origem. Além disso, essa preposição também pode expressar ideias de posse e causa, as quais são noções derivadas do sentido primeiro de movimento. Por sua vez, *para*, embora também evoque a ideia de movimento, refere-se a um limite, finalidade ou direção. Por fim, *com*, como já mencionado, difere das duas preposições anteriores por indicar ausência de movimento (situação). Segundo Cunha & Cintra, *com* pode exprimir noções de adição, associação, companhia, comunidade, simultaneidade, modo, meio, causa ou concessão. Os principais sentidos de cada uma dessas preposições, aplicados aos campos espacial, temporal e nocional, podem ser visualizados no Quadro a seguir, organizado a partir do que propõem Cunha & Cintra (1998)<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> Assim como Rocha Lima (1999), os exemplos apresentados por Cunha & Cintra (1998) também de provêm de fontes literárias. Por essa razão, vou me limitar a apresentar os exemplos e não os seus autores. Indico as páginas onde estão os exemplos para o leitor interessado conferir os autores de cada um desses exemplos.



**Quadro 2:** Conteúdo semântico das preposições *de*, *para* e *com* segundo Cunha & Cintra (1998)

CONTEÚDO NOCIONAL	PREPOSIÇÕES		
	<i>de</i>	<i>para</i>	<i>Com</i>
<b>Movimento: Espaço</b>	“Vinha de longe o mar...”	“Agora, não lhe interessava ir para o Huamba.”	
<b>Movimento: Tempo</b>	“Roma fala do passado ao presente.”	“— Quando está melhor, quando vai descer à rua, padre? — Lá para o fim de semana.”	
<b>Movimento: Noção</b>	“Ele vem falar de agricultura, isto é, da atividade fundamental do seu grupo...”	“Cala-se para não mentir.”	
<b>Situação: Noção</b>			“Vou amanhã de manhã com o Rocha.”  “A proposta foi recebida com reserva.”

**Fonte:** Adaptado de Cunha & Cintra (1999, p. 383-386)

Apesar de não propor, como Rocha Lima, um modelo de divisão das preposições quanto a sua semântica, Cunha & Cintra tecem algumas considerações a respeito do debate acerca do conteúdo significativo e a função gramatical dessa classe de palavras. De acordo com os autores, em alguns casos de expressões fixas do idioma, há um certo esvaziamento de significado da preposição. Um exemplo de tal esvaziamento pode ser encontrado no uso de *com* e o verbo *concordar*, em que o conteúdo significativo de associação e companhia da partícula preposicional se perde.

Apesar disso, Cunha & Cintra salientam, essas relações sintáticas encontradas em expressões fixas só se constituem, em um primeiro momento, justamente por causa do significado básico da preposição. Assim, o verbo *concordar* só seleciona a preposição *com* por razão das afinidades semânticas entre eles, uma vez que ambos evocam uma ideia de associação.

Por fim, ao invés de propor uma cisão entre preposições no campo semântico, os autores argumentam que todas possuem, em certos contextos, valor significativo, mas que a intensidade desse valor depende das relações sintáticas estabelecidas pela preposição. A partir disso, três

tipos de relações são apresentados: *as relações fixas*, *as relações necessárias* e *as relações livres*. As relações fixas são aquelas em que há a formação de um conjunto léxico entre o verbo e a preposição, os quais não se desvinculam mais. Ambos formam um todo significativo, no qual o conteúdo semântico da preposição é esvaziado. Exemplo disso é o que ocorre, como já dito, entre o verbo *concordar* e a preposição *com*.

No que concerne às relações necessárias, não há, como acontece nas relações fixas, um esvaziamento total do sentido da preposição, tampouco uma associação permanente entre o verbo e a preposição. Há, no entanto, uma intensificação da função relacional da preposição em detrimento do seu valor semântico, que é reduzido aos seus traços mínimos. Um exemplo desse tipo de relação seria, segundo Cunha & Cintra, o uso do verbo *ir* acompanhado da preposição *a*, como em *Fui a Cambridge*.

Finalmente, as relações livres são aquelas em que as preposições são empregadas com plenitude semântica e, normalmente, alto valor estilístico. Esse é o tipo de relação encontrada na oração *Encontrei com um amigo*, uma vez que o uso de *com*, embora não sintaticamente necessário, “acrescenta, à relação que estabelece, a ideia de associação” (CUNHA & CINTRA, 1998, p. 380).

## 2.3 EVANILDO BECHARA

No campo conceitual e sintático, Bechara (2009), em *Moderna Gramática Portuguesa*, não se distancia muito do que foi proposto e apresentado por Rocha Lima (1999) e por Cunha & Cintra (1998). De maneira semelhante a esses gramáticos, Bechara conceitua preposição como “uma unidade linguística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações” (BECHARA, 2009, p.). Em outras palavras, uma unidade linguística que estabelece relações entre termos de sintagmas ou orações, tornando possível que uma determinada função gramatical seja desempenhada por uma determinada partícula.

Para exemplificar esse conceito, Bechara cita a oração *Aldenora gosta de Belo Horizonte* e o sintagma *homem de coragem*. Na oração, a preposição *de* une a forma verbal ao seu

complemento. Assim, acredito que podemos afirmar que a preposição *de* licencia o DP *Belo Horizonte*, o que, junto com a seleção do verbo, habilita esse DP a desempenhar a função de complemento.

Em relação ao sintagma nominal *homem de coragem*, a preposição *de*, assim como fez com o verbo na oração acima, licencia o substantivo *coragem* para funcionar como um adjunto adnominal, função que é comumente exercida, sem a presença de uma preposição, por um adjetivo.

No tocante ao nível semântico, Bechara aproxima-se, a meu ver, mais a Cunha & Cintra (1998) do que Rocha Lima (1999), uma vez que, assim como aqueles, postula que toda preposição tem um significado fundamental – ao qual ele denomina unitário. Contudo, Bechara apresenta uma perspectiva que tem como foco o contexto em que uma preposição é empregada. Segundo o autor, são os contextos que desdobram, em outros sentidos, o significado primário de um elemento preposicional. Em relação à preposição *com*, por exemplo, Bechara (2009) afirma:

A língua portuguesa só atribui a *com* o significado de “copresença”; o que, na língua, mediante o seu sistema semântico, se procura expressar com esta preposição é que, na fórmula *com + x*, *x* está sempre presente no “estado de coisas” designado. Os significados ou sentidos contextuais, analisados pela nossa experiência de mundo e saber sobre as coisas (inclusive as coisas da língua, que constitui a nossa competência linguística) nos permitem dar um passo a mais na interpretação e depreender uma acepção secundária.

(BECHARA, 2009, p.700)

Desse modo, podemos perceber que, embora os gramáticos tradicionais tragam diferentes perspectivas no que concerne aos papéis semânticos das preposições e até que ponto elas afetam o conteúdo das sentenças, ao analisar a abordagem de cada um deles, percebemos que é extremamente improvável que as preposições sejam perfeitamente compatíveis com os atributos dos elementos funcionais ou lexicais. Por isso, no capítulo seguinte, procuro ressaltar a natureza extremamente híbrida da classe das preposições e o grau de heterogeneidade inerente a essa classe. Proponho, assim como outros autores já o fizeram – o que é melhor explicado no capítulo que se segue –, que as preposições não sejam classificadas unicamente como lexicais ou funcionais.

## **CAPÍTULO 3**

### **SOBRE A NATUREZA CATEGORIAL DA PREPOSIÇÃO**

#### **3.1. A NATUREZA HÍBRIDA DAS PREPOSIÇÕES**

O debate sobre como classificar as preposições não é algo novo, embora tenha ganhado força nas últimas décadas. Como explica Littlefield (2005), a partir de Jackendoff (1973), a preposição ficou por bastante tempo sendo tratada como uma categoria lexical, juntamente com nomes, adjetivos e verbos. Tal classificação não apresenta, em um primeiro momento, um grande problema, ao menos no que concerne ao português do Brasil, uma vez que, como será argumentado neste trabalho, todas as preposições dessa língua carregam, em um algum contexto, traços lexicais. No entanto, afirmar somente que a preposição é uma classe lexical como nomes e adjetivos implica dizer que ela não possui traços funcionais com ausência de traços lexicais, o que não se sustenta.

Mais problemático do que classificar a preposição como uma classe inteiramente lexical é argumentar que as preposições compõem uma categoria uniforme. Como tem sido extensivamente demonstrado (TREMBLAY, 1996; CADIOT, 1997; LITTLEFIELD, 2005), as diversas contradições inerentes a essa classe de palavras tornam quase impossível a sua inserção entre as categorias unicamente lexicais (nomes, adjetivos e verbos). Diferentemente destas, as quais são todas classes abertas, as preposições constituem uma classe fechada, na qual a adoção de novos integrantes, ainda que possível, é extremamente rara e demorada, o que é um traço marcante das categorias funcionais. Ademais, embora a maioria das preposições sejam predominantemente lexicais, é inegável a existência, em diversos contextos, de preposições

funcionais, aquilo que alguns autores denominam *dummy Case assigners*, isto é, elementos que servem unicamente para fins de atribuição de Caso, sendo incapazes de atribuir papéis temáticos.

Tremblay (1996), ao estudar as preposições do francês, classifica-as em dois grupos: o grupo das preposições lexicais e o grupo preposições semanticamente vazias, no qual ele inclui a preposição *avec* ('com'). Uma linha de argumentação semelhante a essa é proposta por Rauh (1993), que divide as preposições em preposições lexicais e em preposições não lexicais. Enquanto as primeiras contribuem para a sintaxe e para a semântica para o sintagma e para a oração como um todo, as últimas contribuem apenas do ponto de vista sintático, uma vez que são destituídas de significado lexical e são caracterizadas por terem sido submetidas a um processo de gramaticalização.

Estudos recentes também têm indicado uma divisão na classe das preposições no nível cognitivo e psicológico. Friederici (1982) separou preposições do alemão que contribuem com algum conteúdo semântico daquelas que são completamente vazias de significado e submeteu indivíduos com Afasia de Broca e Afasia de Wernicke a um teste de produção com ambos os tipos de preposições. Foi demonstrado que, enquanto os sujeitos com Afasia de Broca produziram corretamente as preposições ditas lexicais com uma frequência quase duas vezes maior que as preposições funcionais, o oposto foi observado em relação aos indivíduos com Afasia de Wernicke, os quais obtiveram um maior êxito com as partículas funcionais.

A divisão entre categorias funcionais e categorias lexicais torna-se ainda mais evidente no contexto da aquisição da linguagem. Grande parte da literatura gerativista converge no sentido de assumir que as categorias lexicais e funcionais são adquiridas em tempos diversos por crianças, sendo que a aquisição daquelas ocorre antes da aquisição destas. Como argumentado por Radford (1990), os primeiros anos da produção linguística de crianças são marcados por um número muito mais expressivo de elementos lexicais, em detrimento dos elementos funcionais.

Focando nas preposições, Littlefield (2005) demonstra que esta categoria também é adquirida de maneira diferente e em tempos distintos, o que aponta para mais uma evidência de seu caráter híbrido. Em uma de suas pesquisas, foram analisados os dados referentes à fala de duas crianças americanas durante um período aproximado de 3 a 4 anos. A partir de uma lista de 59 preposições da língua inglesa, as quais foram divididas em preposições funcionais e preposições lexicais, Littlefield selecionou os contextos em essas preposições foram produzidas. Os resultados da pesquisa indicaram que as preposições lexicais já aparecem na fala das crianças

antes dos 2 anos de idade. A partir dos dois anos, foi observado um aumento significativo e constante no número de preposições lexicais produzidas. Por outro lado, exemplos de preposições funcionais só foram encontrados a partir dos 2 anos e meio, sendo que a taxa de ocorrência destas permaneceu bastante reduzida mesmo após essa faixa etária.

### **3.2 TRAÇOS LEXICAIS E FUNCIONAIS**

Embora este trabalho inevitavelmente discuta questões recorrentes na literatura acerca da natureza categorial das preposições, reitero que este não é seu objetivo. Minha intenção é, como dito anteriormente, apenas contribuir para um maior esclarecimento acerca da aquisição de preposições por crianças brasileiras, uma vez que há poucos estudos para o português do Brasil que documentem, mesmo de maneira superficial, tal aquisição. No entanto, é impossível abordar o tema de aquisição de preposições sem inseri-las em algum modelo de classificação. Por isso, passo agora a explicar a abordagem adotada para conduzir e guiar o presente trabalho.

Como já demonstrado, a preposição é uma das categorias que apresenta o maior número de problemas quanto a sua natureza. Muitos autores (cf. TREMBLAY, 1996; CADIOT, 1997; MIOTO ET AL, 2007) têm cada vez mais argumentado em favor de separar as preposições em lexicais e funcionais. A abordagem aqui adotada segue esta linha de raciocínio em certa medida. No entanto, não considero as preposições lexicais e as preposições funcionais como itens em direta oposição, tampouco tomo as características funcionais e lexicais como excludentes umas das outras. Em vez disso, as preposições analisadas neste trabalho são classificadas com base em um amálgama dos modelos apresentados por diversos autores (LITTLEFIELD, 2006; MIOTO ET AL, 2007; MARTINS, 2014).

Em um primeiro momento, creio que seja válido entender e aceitar que um mesmo elemento possa contemplar ao mesmo tempo traços funcionais e traços lexicais. Segundo Littlefield (2006), as preposições são classificadas a partir da combinação dos traços [+LEXICAL], [-LEXICAL], [+FUNCIONAL] e [-FUNCIONAL]. O Quadro a seguir, extraído de Thomman (2013), foi traduzido para o português bem como o seu conteúdo foi adaptado aos traços que podem ser atribuídos às preposições da língua portuguesa. Ele evidencia as características associadas a cada um desses traços.

**Quadro 3:** O domínio das preposições - traços e propriedades

		+ FUNCIONAL	- FUNCIONAL
		+ atribuição de Caso	- atribuição de Caso
+ LEXICAL	+ conteúdo semântico + atribuição de papel temático categoria de classe aberta	preposição semilexical	preposição adverbial
- LEXICAL	- conteúdo semântico - atribuição de papel temático categoria de classe fechada	preposição funcional	Partícula

**Fonte:** Adaptado de Thomman (2013)

Assim, Littlefield (2006) e Thomman (2013) dividem as preposições da língua inglesa em quatro categorias, as quais elas denominam *fine-grained categories*: preposições funcionais, preposições semilexicais, partículas e preposições adverbiais. Enquanto as duas primeiras podem ser encontradas no português, as duas últimas não. Não existe no português, se nos basearmos no Quadro acima apresentado, quaisquer preposições que sejam, ao mesmo tempo, [+LEXICAL] e [-FUNCIONAL] ou [-LEXICAL] e [-FUNCIONAL]. Por isso, focarei apenas nas preposições funcionais e nas preposições semilexicais.

Littlefield (2006) considera as preposições funcionais como aquelas que possuem traços [-LEXICAL] e [+FUNCIONAL], isto é, preposições que são *dummy Case assigners*, e, portanto, não contribuem com qualquer conteúdo semântico para a sentença, servindo apenas para permitir a observação do Filtro de Caso. Littlefield (2006) argumenta que a preposição *of* ('de') seria um exemplo de preposição funcional (*dummy Case assigners*) encontrada na língua inglesa.

Se nos voltarmos ao português, acredito que, em boa parte das ocasiões em que a preposição *de* é usada como um integrante de complementos de categorias dos tipos [+N] e [+V], pode-se afirmar que essa preposição é [+LEXICAL] e [+FUNCIONAL], como mostro a seguir:

- (1) a. Daniel gosta de bolo de chocolate.
- b. Aquela menina precisa de mais carinho.
- c. Ele reclamou do preço da passagem.

Nas frases acima, a preposição está funcionando como um mero atribuidor de Caso Oblíquo, não sendo responsável por atribuir papel temático ou por contribuir com qualquer conteúdo semântico. Trata-se de uma preposição esvaziada de significado, responsável unicamente por agir como um elemento que possibilita a visualização do papel temático do DP (MIOTO ET AL, 2007). Essa preposição torna-se, assim, um elemento integrante do verbo (MARTINS, 2014). Ela encontra-se em um estágio avançado de gramaticalização, e não possui, neste caso, uma entrada autônoma no léxico mental (RAUH, 1993).

Desse modo, acredito que a categoria funcional [-LEXICAL] e [+FUNCIONAL] proposta por Littlefield (2006) adequa-se de maneira satisfatória ao português se considerarmos o que foi exposto acima e os exemplos aqui apresentados. No entanto, em que pese essa aparente correspondência entre as duas línguas, há muitos casos em que a preposição *de*, e qualquer outra preposição do português, apresenta traços evidentemente lexicais, e, portanto, não é possível afirmar que essa partícula se trata de uma preposição unicamente funcional.

Conforme Miotto et al (2007) argumentam, sempre que uma preposição introduz um adjunto, esta se comporta como um elemento de natureza lexical. Uma vez que a preposição *de*, como qualquer outra preposição da língua portuguesa, pode introduzir adjuntos, não se pode constatar que alguma preposição do português seja exclusivamente funcional. Isso é evidenciado pelos exemplos a seguir:

- (2) a. Luana não gosta de bolo de chocolate.
- b. O pai dele mora em uma casa de madeira.
- c. Lucas comeu o bolo do João.

Em (2a), é fácil perceber o traço funcional da preposição *de*, que serve como complemento do verbo *gostar*. Uma vez que sua função é de complemento, ela deve ser classificada como funcional de acordo com. Embora este trabalho não concorde categoricamente com essa proposta, como mostrarei em seguida, no papel de complemento do verbo *gostar*, não



há como atribuir um traço [+LEXICAL] à preposição *de*, uma vez que esta não atribui qualquer papel temático ao DP que a segue, o que é um traço indissociável de qualquer categoria minimamente lexical (LITTLEFIELD, 2005).

O mesmo não ocorre nas outras ocorrências da preposição *de* nas frases (2a) – (2c). Nos exemplos (2a) e (2b), as preposições que antecedem os substantivos *chocolate* e *madeira*, respectivamente, carregam uma conotação semântica, indicando a matéria a partir da qual o bolo e a casa são feitos (BECHARA, 2009). Por sua vez, no exemplo (2c), *de* denota uma relação de posse.

As orações acima ilustram como até mesmo a preposição *de*, que é tida por alguns autores como aquela que se encontra em um estágio mais avançado de gramaticalização, dentre as preposições do português, ainda apresenta traços lexicais que não podem ser desconsiderados. Não há como afirmar que essa preposição atua unicamente como um atribuidor de Caso, ou que a preposição é parte integrante do verbo. Se considerarmos as seguintes frases, temos ainda mais evidência para os traços lexicais associados à preposição *de*.

- (3) a. Lucas comeu o bolo de chocolate.  
b. Lucas comeu o bolo do João.

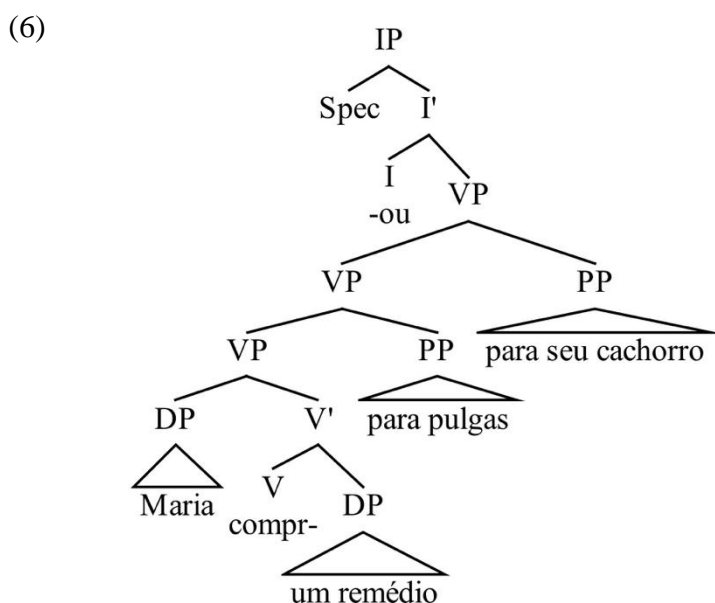
Em ambos os exemplos acima, a preposição *de* introduz adjuntos. Segundo Miotto et al. (2007), isso já é razão suficiente para classificá-la como lexical. Mas há ainda outro fator que não pode ser desconsiderado. As frases (3a) e (3b) são estruturalmente idênticas, estando sua diferença relacionada à escolha do substantivo que vem após a preposição. Em (3a), *de* indica o tipo de bolo, o seu sabor, a matéria da qual o bolo é feito. Em (3b), *de* denota posse, isto é, a quem o bolo pertence ou pertencia. Como podemos perceber, embora o único elemento que diferencie ambas as frases seja o complemento da preposição *de*, o sentido dessa preposição muda a depender desses substantivos. Dessa maneira, é plausível afirmar que, embora as preposições possuam diferentes conotações semânticas, essas conotações são selecionadas e desencadeadas pelo complemento da preposição. Isso torna-se ainda mais evidente se considerarmos os seguintes exemplos com a preposição *para*.

- (4) a. Maria comprou um remédio para seu irmão.  
 b. Maria comprou um remédio para pulgas.

Mais uma vez, os exemplos acima são diferenciados apenas pelo complemento da preposição. Em (4a), o sintagma nominal *seu irmão* recebe o papel temático *benefactivo*, embora também possa-se argumentar a existência do papel temático *recipiente*. No exemplo (4b), o substantivo *pulgas* não pode estar associado aos papéis temáticos *benefactivo* e *recipiente*, a menos que em um contexto esdrúxulo. Nesse exemplo, *pulgas* aparece inserido em um PP [*para pulgas*] podendo ser interpretado como ‘para combater pulgas’, recebendo, assim, a interpretação de finalidade. Além disso, a oração (4b) ainda apresenta a possibilidade da inclusão de outro PP cujo núcleo é, mais uma vez a preposição *para*, como em (5):

- (5) Maria comprou um remédio para pulgas para seu cachorro.

Como dissemos, a preposição *para* do PP [*para pulgas*] tem a interpretação de ‘contra’ e o PP como um todo é interpretado como ‘para combater pulgas’. O DP *seu cachorro* assume um papel temático de *benefactivo* no PP [*para seu cachorro*]. A representação sintagmática de (5) é a seguinte:



Desse modo, da mesma maneira como não há que se falar em preposições inteiramente funcionais, não se deve afirmar que as preposições lexicais possuem um único sentido. Como Bechara (2009, p. 699) argumenta, “Ora, cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo”.

Se retornarmos ao conceito de categorias *fine-grained* como proposto por Littlefield (2005) e Thomman (2013), veremos que as preposições *de* e *para* dos exemplos de (3) e (4), assim como qualquer preposição que introduza adjuntos no português, seriam classificadas como semilexicais. No entanto, acredito que essa classificação não pode ser transposta da mesma maneira ao português. Se nos voltarmos mais uma vez para o Quadro 1 anteriormente apresentado, perceberemos que a capacidade de atribuir Caso a um DP é uma razão essencial para a existência do traço [+FUNCIONAL]. Littlefield então postula que as preposições que atribuem Caso e papel temático são semilexicais, isto é, [+LEXICAL] e [+FUNCIONAL]. Ao adaptar essa abordagem para o português, o problema não me parecer ser que preposições que atribuem Caso são [+FUNCIONAL] ou que preposições que designam papel temático são [+LEXICAL], mas sim chamar essa categoria de semilexical. Parece-me que Littlefield só caracterizou assim essa categoria dada a existência, na língua inglesa, das chamadas preposições adverbiais, isto é, preposições que designam papel temático mas não atribuem Caso, assim como demonstrado nos exemplos a seguir:

- (7) a. The girl let out the dog.  
‘A menina deixou o cachorro sair.’  
b. The boy threw up the ball.  
‘O menino jogou a bola para cima.’

As preposições adverbiais, como se pode depreender das orações acima, não existem no português tal como no inglês. Ao traduzirmos para o português alguma frase que contenha uma preposição adverbial, esta será substituída por uma locução adverbial ou alguma outra estrutura, a exemplo da estrutura causativa usada na oração (7a). Ademais, mesmo que uma preposição seja

usada, como foi em (7b), esta terá como complemento um DP, sendo obrigada, por consequência, a atribuir Caso.

Desse modo, não há que se falar em preposição [-FUNCIONAL] no português, uma vez que todas atribuem Caso. Resta-nos, então, atribuir às preposições o traço [+LEXICAL] ou o traço [-LEXICAL], o que será determinado pelo contexto em que ela se encontra e a função gramatical do constituinte que introduz – se complemento ou adjunto.

### 3.3. AS PREPOSIÇÕES E AS CATEGORIAS SEMILEXICAIS

Na seção anterior, foi demonstrada a razão pela qual não adoto neste trabalho o conceito de categoria semilexical tal como proposto por Littlefield (2006), o qual não funciona no português. No entanto, não pretendo afirmar que não há no português uma categoria de preposições semilexicais. Elas existem, apenas não são distinguidas da mesma maneira que na língua inglesa.

Até o momento, foi argumentado que as preposições podem apresentar o traço [+LEXICAL] ou o traço [-LEXICAL], e que a seleção de um ou outro desses dois traços está diretamente ligada ao constituinte gramatical que a preposição introduz, isto é, complemento ou adjunto, tal como defendem Miotto et al. (2007). Assim, segundo essa proposta, as preposições *a* e *de*, nos exemplos em (8), são meramente *dummy Case assigners*:

- (8) a. Eu não assisti ao jogo ontem.  
b. João chamou seu amigo de egoísta.

Nesses dois exemplos, as preposições carregam traços [-LEXICAL] e [+FUNCIONAL], uma vez que não possuem qualquer significação relativa ao mundo extralinguístico. Prova disso é que o uso da preposição *a* após *assistir* tem sido cada vez menos usado na fala dos brasileiros, sem qualquer alteração semântica. De maneira semelhante, embora menos usada, há outra possível estrutura para a regência do verbo *chamar*, em que não há qualquer preposição. Esta estrutura é mostrada em (9):

(9) João chamou seu amigo egoísta.

No entanto, acredito que essa associação entre [+LEXICAL] e adjunto e [-LEXICAL] e complemento não é invariável ou absoluta. Presumo, tal como Martins (2014), que preposições carregam traços semânticos independentes do verbo, mesmo em situações de complementação, como evidenciado pelos seguintes exemplos:

(10) a. O comitê alertou os candidatos do concurso para a data de inscrição.

b. O comitê alertou os candidatos contra os assaltantes.

(11) a. Marcelo foi para casa.

b. Marcelo foi em casa.

(12) O professor falou com o aluno sobre suas notas.

Em (10a) e (10b), embora ambos os PPs sejam complementos do verbo *alertar*, e não adjuntos, não se pode negar a contribuição semântica das preposições *para* e *contra*, respectivamente, em cada oração. Embora a diferença seja sutil, pode-se dizer que, em (10a), o ato de alertar é feito de maneira mais neutra, sendo apenas um chamado para que os candidatos não percam a data de inscrição. Por outro lado, quando o verbo *alertar* é usado com a preposição *contra*, como em (10b), como demonstra Martins (2014), é possível dizer que o alerta é feito de maneira mais confrontante e opositiva, perdendo, assim, a neutralidade de (10a)

Em relação às orações (11a) e (11b), vale primeiro ressaltar que considero os PPs *em casa* ou *para casa* complementos circunstanciais, e não adjuntos. Sobre esse tipo de complemento, Rocha Lima (1999, p. 311) escreve: “é um complemento de natureza adverbial – tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais”.

Assim, mesmo assumindo que os PPs em (11a) e (11b) sejam complementos, podemos perceber uma diferença semântica, ao menos no português do Brasil, causada pela substituição das preposições selecionadas. Em (11a), a preposição *para* evoca uma conotação de conclusão em relação ao ato de ir. Quando alguém diz *Marcelo foi para casa*, o sentido parece ser o de que Marcelo foi embora para casa e que não sairá mais em um futuro próximo. Por sua vez, quando

alguém diz *Marcelo foi em casa* – embora a gramática normativa condene o verbo *ir* seguido pela preposição *em*, essa construção tem sido cada vez mais comum na fala dos brasileiros, motivo pelo qual decidi considerá-la – remete-nos a ideia de que Marcelo foi em casa por um curto espaço de tempo, mas sairá de novo ou retornará.

No que concerne ao exemplo em (12), temos o verbo *falar* seguido de dois complementos indiretos, isto é, dois PPs cujos núcleos são, respectivamente *com* e *sobre*. É preciso ressaltar, no entanto, que, ao classificar os PPs *em casa* e *para casa* como complementos, não estou me baseando nas análises tradicionalmente encontradas nas gramáticas normativas. De acordo com a abordagem de Rocha Lima (1999), por exemplo, em uma sentença como em *O professor falou com o aluno sobre suas notas*, a preposição *sobre* introduziria um adjunto adverbial de assunto, e não um complemento. Também não se pode dizer que essa preposição introduziria um complemento circunstancial tal como definido por Rocha Lima (1999, p. 312-313), uma vez que, apesar de definir tais complementos como de natureza adverbial, o autor os restringe, quando antecidos por uma preposição, às relações de direção, tempo ou ocasião. Dito isso, ressalto que a classificação de *com* e *sobre* como preposições introdutoras de complementos no exemplo (12) decorre da minha interpretação da sentença, e não dos autores aqui citados.

De qualquer maneira, a partir desses exemplos, podemos perceber como essas preposições, apesar de essenciais à estrutura gramatical da sentença e não obstante o fato de que elas designam Caso – o que as torna categoriais [+FUNCIONAL] –, carregam traços semânticos, o que significa dizer que elas também são [+LEXICAL]. Portanto, afirmar que essas preposições são inteiramente funcionais seria desconsiderar sua contribuição semântica. Da mesma forma, classificá-las como lexicais seria contrariar grande parte das propostas, amplamente aceitas e reconhecidas, que associam o traço [-LEXICAL] à função gramatical do PP (se um complemento ou um adjunto). Desse modo, parece-me mais sensato classificar tais preposições, no contexto acima mencionado, como semilexicais.

Assim, para fins de orientação desta pesquisa, considero que todas as preposições do português do Brasil possuem o traço [+FUNCIONAL]. A partir disso, temos três possibilidades. Se a preposição introduz um adjunto, ela é invariavelmente [+LEXICAL], portanto uma preposição lexical. Por outro lado, se a preposição introduz um complemento, seja ele verbal ou nominal, há duas possíveis classificações. Se a preposição serve apenas para evitar a violação do Filtro de Caso e não é responsável de nenhuma forma pelo conteúdo referencial da sentença, ela é

[-LEXICAL], ou seja, funcional. A troca de uma preposição funcional por outra preposição torna a sentença agramatical. Por fim, se uma preposição introduz complemento, porém possui traços semânticos, ela é semilexical. Como foi demonstrado, a alternância desse tipo de preposição com alguma outra específica mantém a gramaticalidade da sentença e altera as nuances semânticas e referenciais.

Em suma, a classe das preposições do português é peculiar na medida em que não há que se falar em uma classe uniforme. A depender do contexto em que aparece, dos constituintes que a circundam e do DP que a segue, elas podem ou não contribuir com algum conteúdo semântico, mas sempre terão o traço [+FUNCIONAL]. No capítulo 4, apresento os dados produzidos pelas crianças que compunham o estudo realizado acerca das preposições *de*, *para* e *com*, a fim de poder demonstrar quais traços são mais evidentes em cada uma delas.

## **CAPÍTULO 4**

### **ANÁLISE DE DADOS: AQUISIÇÃO DAS PREPOSIÇÕES *DE, PARA E COM* EM PORTUGUÊS**

#### **4.1. METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS**

Esta pesquisa foi conduzida com base em um banco de dados construído por mim a partir do dados de aquisição da linguagem constantes do site do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE) da Unicamp<sup>10</sup>. Foram analisadas transcrições referentes à aquisição do português por duas crianças. Todas essas transcrições foram feitas a partir de áudios de conversas gravadas entre cada criança, um entrevistador e seus respectivos familiares.

As duas crianças em cujos dados este estudo se baseou foram selecionadas por diferentes razões, entre as quais se destaca a grande quantidade de transcrições para cada criança, as quais cobriam um grande intervalo de tempo. Além disso, o fato de que, para ambas as crianças, havia disponíveis transcrições de dados gravados antes de três anos de idade também foi um fator preponderante para a seleção dos sujeitos desta pesquisa.

As crianças analisadas são A. e E. As transcrições de áudio de A. foram realizados entre as idades 2;06,15 e 04;11,16, ou seja, cobrem um período temporal de 2 anos e 5 meses; já as transcrições de áudio de E. foram gravados entre as idades 02;00,26 e 04;10,06, ou seja, cobrem um espaço de tempo de aproximadamente 2 anos e 9 meses.

---

<sup>10</sup> O endereço do CEDAE é o seguinte: <http://eulalio.iel.unicamp.br/sys/audio/index.php>. Nesse endereço, os dados de aquisição a que me refiro podem ser encontrados



Dado que o foco do presente trabalho é a aquisição de três preposições do português *de*, *com* e *para*, apenas os enunciados que continham tais palavras foram considerados para nossa análise. Assim, em um primeiro momento, cada transcrição foi lida e relida por completo, e todas as expressões contendo alguma das preposições acima foram destacadas e transpostas para um arquivo independente. A partir disso, seguindo as diretrizes para inclusão ou exclusão de enunciados de Miller (1981) e Littlefield (2005), alguns tipos de enunciados foram desconsiderados e, por consequência, removidos dos dados constantes do arquivo. Os enunciados desconsiderados foram:

- elocuições produzidas pela criança por mera repetição ou imitação de falas – imediatamente anteriores – de adultos;
- reproduções de músicas, de poemas, ou de frases retiradas de algum filme, desenho ou programa de televisão; e, por fim;
- quaisquer repetições da própria fala da criança em contextos consecutivos e adjacentes.

Após a remoção de todos os enunciados tomados como irrelevantes para esta pesquisa (pelos motivos acima expostos) e, portanto, inabilitados de serem classificados como *produções*, passou-se à classificação das preposições *de*, *para* e *com* presentes nos dados, dividindo-as em funcionais, semilexicais ou lexicais, de acordo com a proposta explicada no capítulo 3.

Uma vez realizada a divisão das preposições nos três grupos, foi feita a contagem das ocorrências de cada uma das três preposições aqui analisadas. Por fim, as produções lexicais foram organizadas em Tabelas.

## **4.2. OBJETIVO E QUESTÕES DE PESQUISA**

O principal objetivo desta pesquisa é verificar se as preposições lexicais – mais estritamente, preposições que, em um determinado contexto, comportam os traços [+LEXICAL] [+FUNCIONAL] – são adquiridas antes das preposições funcionais. Se tal fato for comprovado

empiricamente em português, ele pode ser usado como mais um indicativo de que as preposições são uma categoria híbrida e que essa falta de uniformidade se mantém e se manifesta no processo de aquisição da língua.

Portanto, este estudo visa a responder a duas indagações, quais sejam:

- a) As preposições lexicais são adquiridas antes das preposições funcionais e das semilexicais?
- b) Se a resposta à pergunta (a) for afirmativa, a diferença temporal entre a aquisição das preposições funcionais frente às funcionais (e semilexicais) seria suficiente para atestar o caráter híbrido das preposições?

Tentaremos apresentar respostas para essas questões a partir da análise de nossos dados.

#### 4.3. RESULTADOS: OS DADOS DE PRODUÇÃO DAS PREPOSIÇÕES

De todos as transcrições analisadas, A. foi responsável por 491 produções – doravante chamarei *produções* quaisquer enunciados que contenham as partículas *de*, *para* ou *com* e que não seja fruto de repetição, reprodução ou imitação. E., por sua vez, foi responsável por 577 produções. Em relação às preposições lexicais, funcionais e semilexicais, a Tabela 1 detalha quantas vezes cada tipo de preposição foi produzido por A. e por E.:

**Tabela 1:** Produção total de preposições pelas crianças

CRIANÇA	PRODUÇÕES CONSIDERADAS PARA A ANÁLISE POR TIPO DE PREPOSIÇÃO			TOTAL POR CRIANÇA
	LEXICAL	SEMILEXICAL	FUNCIONAL	
<i>A.</i>	356	43	92	491
<i>E.</i>	401	51	125	577
<b>TOTAL POR TIPO DE PREPOSIÇÃO</b>	757	94	217	

**Fonte:** Autor do trabalho

Além disso, embora não tenha sido possível subdividir as transcrições por faixa etária de maneira idêntica para A. e E. – além dos áudios terem datas de início e fim diferentes, a quantidade de áudios disponíveis para cada criança não foi a mesma –, as preposições produzidas em contextos lexicais, semilexicais e funcionais foram distribuídas em períodos de tempo de 5 a 8 meses, como mostra a Tabela 2:

**Tabela 2:** Produção de cada tipo de preposições pelas crianças em faixas etárias

<b>PRODUÇÃO DE PREPOSIÇÕES PELAS DUAS CRIANÇAS ANALISADAS</b>			
<b>DADOS DE PRODUÇÃO DE A.</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PREPOSIÇÕES PRODUZIDAS POR TIPO DE PREPOSIÇÃO</b>		
	<b>LEXICAL</b>	<b>SEMILEXICAL</b>	<b>FUNCIONAL</b>
02:06 – 03:03	46	3	9
03:03 – 03:10	83	8	29
03:10 – 04:05	105	13	21
04:05 – 04:11	122	19	33

<b>DADOS DE PRODUÇÃO DE E.</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PREPOSIÇÕES PRODUZIDAS POR TIPO DE PREPOSIÇÃO</b>		
	<b>LEXICAL</b>	<b>SEMILEXICAL</b>	<b>FUNCIONAL</b>
02:00 – 02:07	39	4	5
02:07 – 03:02	56	11	16
03:02 – 03:09	75	9	23
03:09 – 04:04	119	15	37
04:04 – 04:10	112	12	44

**Fonte:** Autor do trabalho

Como já mencionado, não houve o mesmo número de áudios disponíveis para cada criança. O número de áudios de E. foi consideravelmente superior aos de A., uma vez que aquela começou a ser gravada em uma idade cerca de 6 meses mais jovem do que esta. Por isso, não foi possível separar as produções das duas crianças em períodos idênticos, razão pela qual, na Tabela 2, E. apresenta uma linha referente à faixa etária a mais que A.

No que tange às preposições *de*, *para* e *com*, especificamente, a Tabela 3 mostra o emprego dessas preposições e quantas vezes cada uma apareceu na fala das crianças estudadas:

**Tabela 3:** Produção de preposições específicas pelas crianças

CRIANÇAS	PRODUÇÃO DAS PREPOSIÇÕES		
	<i>De</i>	<i>para</i>	<i>Com</i>
A.	234	156	101
E.	249	198	130
<b>TOTAL</b>	483	354	231

**Fonte:** Autor do trabalho

Como se vê, destaca-se a grande regularidade nos usos: a preposição *de* é a mais usada, depois vem a preposição *para* e, em seguida, a preposição *com*. Na seção seguinte, apresentaremos a discussão dos nossos dados.

#### **4.4. DISCUSSÃO: ADQUIRINDO PREPOSIÇÕES EM PORTUGUÊS**

Como discutido no capítulo 3, há pesquisas que argumentam a favor do caráter híbrido da classe das preposições. Friederici (1982), Radford (1990), Rauh (1993) e Littlefield (2005) produziram evidência de que a categoria das preposições não é uniforme ou homogênea. No entanto, se tal falta de uniformidade é verdadeira, e há elementos [+LEXICAL] e [+FUNCIONAL] e elementos [-LEXICAL] e [+FUNCIONAL], então tal diferença em termos de traços deveria ser refletida no processo de sua aquisição. Não somente isso, se a cisão entre preposições lexicais e funcionais é de fato existente, as preposições lexicais e funcionais devem ser adquiridas em momentos distintos – assim como as demais categorias.

A Tabela 2 torna clara a discrepância no número de produções de preposições lexicais em relação às preposições semilexicais e às funcionais. De um total geral de 491 preposições, A. produziu 356 preposições lexicais (72%) e 92 funcionais (19%). Em relação a E., diferenças são um pouco menores, mas ainda extremamente significativas: de um total de 577 preposições, E. produziu 401 preposições lexicais (69%) e 125 foram funcionais (22%). Ante o exposto, a primeira questão em direção a uma natureza categorial híbrida das preposições do português foi

satisfeita, dado que, para ambas as crianças investigadas, a diferença entre preposições lexicais e funcionais é superior a 47%.

Além disso, como é evidente da Tabela 2, não somente a produção de preposições lexicais é maior que a de funcionais, mas também o crescimento das primeiras é muito mais agudo e constante do que o das últimas. No tocante aos números de A., o aumento de produções com preposições lexicais é bastante expressivo e contínuo, ao passo que as produções com preposições funcionais e semilexicais, embora também apresentem uma ascensão, é mínima e ocorre de modo menos regular que as lexicais. Em relação aos dados de E., sucede justamente o oposto. O crescimento das preposições funcionais é mais constante que o das lexicais. Ainda assim, é evidente que o aumento das preposições lexicais é muito mais marcante que o das preposições funcionais, como se ilustra na Tabela 2. Por conseguinte, a segunda questão para uma cisão na categoria das preposições do português também foi preenchida.

Os dados descritos oferecem suporte empírico para a hipótese de que a classe das preposições não é uma categoria uniforme. Mais que isso, diferenças entre categorias de preposições se refletem no processo de aquisição da língua, o que é evidenciado pelo fato de que as preposições funcionais e semilexicais são produzidas em uma escala muito menor e mais tardiamente que as preposições lexicais.

A desproporção acima discutida é ainda mais explícita se considerarmos os contextos em que cada tipo de preposição apareceu. Em relação às lexicais, houve, tal como esperado, uma alta diversidade de situações quanto à sua produção. O mesmo não pode ser dito sobre as preposições funcionais, especialmente aquelas produzidas na fala de A. De todas 92 preposições funcionais que ela proferiu, 37 eram referentes à preposição *para* em construções bitransitivas do tipo *dar algo para alguém*, o que resulta em 40,2% do total de usos das preposições funcionais. Além disso, 21 preposições funcionais realizadas por A. eram parte de locuções prepositivas (*antes de*, *depois de*, entre outras), servindo apenas na função licenciamento de complemento, ou seja, exaurida de qualquer conotação semântica. Dito de outro modo, apenas 34 das preposições funcionais encontradas na fala de A. eram provenientes de contextos de complementação (verbal e nominal) em estruturas que não continham o verbo *dar* seguido da preposição *para*, o que aponta para uma predominância quase generalizada das preposições lexicais na fala de A. durante os 4 a 5 primeiros anos de vida.

Desse modo, os resultados desta pesquisa confirmam que a classe das preposições no português está em conformidade com a teoria segundo a qual os elementos lexicais são adquiridos antes dos funcionais e dos semilexicais.

No entanto, há ainda de se destacar algumas considerações acerca das preposições objetos deste estudo. Como dito anteriormente, *de*, *para* e *com* foram selecionadas para esta pesquisa por razões de frequência e pelo fato de que essas são preposições que aparecem em diferentes contextos e podem estar associadas a diferentes interpretações. Quanto a isso, foi constatado que, durante o processo de aquisição da linguagem das duas crianças aqui investigadas, *de* foi a preposição que mostrou a maior diversidade contextual.

Como exposto na Tabela 3, a preposição *de* corresponde a 483 dados (45% do total de dados analisados), a preposição *para* corresponde a 354 dados (33% do total de dados analisados) e a preposição *com* corresponde a 231 dados (22% do total de dados analisados).

A preposição *de*, além de ter sido a preposição mais produzida, ela apareceu em diferentes contextos sintáticos, a saber, como introdutora de complementos (verbais e nominais) e de adjuntos. Ademais, expressou diversas relações semânticas, tais como: posse, tempo, modo, assunto, causa, etc.

A preposição *para*, por outro lado, não suscitou uma grande variedade de contextos sintáticos. Foi usada para introduzir o argumento interno indireto de um predicado verbal e, quando não tinha esse papel, apareceu como elemento funcional, ou seja, como introdutora de orações infinitivas (ocasião em que a preposição tinha ora caráter de item lexical ora caráter de item funcional). Em contexto semilexical, por outro lado, *para* só foi usada com o valor de movimento, em estruturas como *levar alguém para algum lugar* e *ir para algum lugar*. Do ponto de vista semântico, *para* também apresentou variedade de significados, muito embora essa preposição tenha sido usada para expressar finalidade em cerca 60% dos casos.

Os exemplos a seguir ilustram algumas das relações acima descritas:

- (1) a. Isso não é de comer.
- b. Tá na hora de dormir.
- c. Para de espirrar.

- (2) a. A boneca não é para jogar, é para brincar.  
b. Vamos buscar a vovó para levar ela para o médico.  
c. Não é para tomar meu suco.  
d. Eu fui no hospital para visitar a vovó.

É importante destacar alguns comentários relativos às sentenças acima. Como foi dito diversas vezes neste trabalho, as preposições *de*, *para* e *com* podem ser usadas como preposições lexicais, semilexicais ou funcionais, a depender do contexto, da função sintática e do complemento preposicional.

Nos enunciados proferidos pelas crianças estudadas nesta pesquisa, foram encontrados exemplos das preposições *de* e *para* introduzindo orações infinitivas. Em apenas algumas ocasiões *de*, quando ligada a um verbo no infinitivo, foi considerada como item lexical.

De nota, ainda, é o fato de que todas as vezes em que *de* foi usada de tal forma, ela apareceu precedida do verbo *ser*, tal como em (1a). Em todas as outras ocorrências em que introduziu uma oração infinitiva, *de* era acompanhada de algum nome ou quaisquer verbos diferentes de *ser*. Nesse caso, segundo nossa interpretação, *de* comportou-se como uma preposição funcional, como se vê em (1b) e (1c). Trato *de* como funcional nesses casos, porque nessas três sentenças a preposição não é responsável por trazer para a oração nenhum significado extralinguístico. Seu papel é o de marcar relações fixas (cf. CUNHA & CINTRA, 1998), em que o sentido se encontra no verbo ou nome regentes, sendo a preposição um mero recurso gramatical, sintático. Em suma, foi constatado que *de* foi a preposição que apresentou, em números absolutos, uma maior gama de contextos funcionais e lexicais.

*Para*, por sua vez, em todos os contextos em que apareceu introduzindo uma oração infinitiva, como exemplificado em (2a)–(2d), contribuiu semanticamente para o sintagma e para a oração como um todo. Nesses contextos (como uma preposição lexical introduzindo um complemento no infinitivo), a preposição *para*, diferentemente da preposição *de*, não esteve restrita a estruturas em que sucede o verbo *ser*, uma vez que também foi produzida com traços lexicais em contextos em que apareceu introduzindo adjuntos no infinitivo, tal como em (2b) e (2d). Além disso, *para* foi produzida – de um modo geral, e não só como introdutora de infinitivos – em muito mais contextos lexicais do que funcionais.

Por fim, em relação à preposição *com*, houve uma predominância quase que absoluta de contextos lexicais. Considere os exemplos a seguir:

- (3) a. Eu estou falando com o Augusto.
- b. Deixa eu ver a foto com a mamãe.
- c. Por que a sua casa não está com chave?
- d. Esse desenho aqui é um quadrado com uma bola dentro.
- e. Eu vi você com a conga.
- f. Estou com sono.

Com exceção de (3a), em que *com* aparece como preposição semilexical, pelas razões já explanadas no capítulo 3, todos os outros cinco exemplos são situações em que *com* introduz adjuntos e é eminentemente lexical. Essa foi a tendência encontrada nos dados deste estudo. Salvo apenas alguns pouquíssimos casos, a preposição *com*, apesar de restrita a uma variedade pequena de relações semânticas – quase todos os exemplos veiculavam a ideia de companhia ou simultaneidade –, destacou-se por sempre contribuir semanticamente para a oração em que se encontrava.

Em resumo, os resultados aqui apresentados demonstram indícios de que a cisão quanto à natureza das preposições é claramente refletida no processo de aquisição da linguagem, uma vez que, além do fato de que a maioria das preposições parecem ser [+Lexical] e [+Funcional], as preposições com traços lexicais são adquiridas antes das preposições funcionais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi dito neste trabalho, especialmente em relação aos dados apresentados, acredito que se possa responder afirmativamente as duas perguntas do início do capítulo 4, mas certamente não em definitivo. Como foi discutido, as evidências que apontam para uma natureza híbrida da categoria das preposições são inegáveis, não podendo ser desconsideradas. Além disso, muito embora haja uma marcante escassez de estudos sobre a aquisição das preposições, os poucos que têm sido realizados chegaram a conclusões semelhantes, todas indicando uma cisão na classe das preposições – cisão que se mantém no processo de aquisição da linguagem.

Ademais, creio que outra conclusão pode ser tirada do presente trabalho. Muito tem sido falado acerca da natureza categorial das preposições. Contudo, a grande maioria dos debates se restringem a classificar as preposições – ou um grupo de preposições – como itens lexicais ou como itens funcionais. Dessa maneira, essas duas características são quase sempre mantidas em oposição binária, não podendo, assim, coexistir.

Apesar disso, como Littlefield (2006) demonstrou, as preposições podem ser pensadas como elementos que podem comportar traços lexicais e funcionais, não necessariamente um ou outro. Mais que isso, como tentei argumentar neste trabalho, tudo na língua é semanticamente dependente, e como tal, nenhum elemento pode ser pensado fora de um contexto. O mesmo se aplica às preposições. Estas, em vez de serem classificadas como funcionais ou lexicais, podem ser pensadas como palavras que, a depender de seus complementos, expressam um determinado sentido e desempenham uma determinada função.

Não obstante o exposto acima, para fins de classificação, a partir dos dados examinados no capítulo 4, é possível argumentar que a preposição *de* é, na situação atual do português do Brasil, a preposição em um estágio mais avançado de gramaticalização, uma vez que é aquela que pode ser encontrada em um maior número de contextos funcionais. No entanto, ela ainda

comporta diversas relações semânticas, e, portanto, não acredito que se possa falar, ainda, em uma preposição inteiramente funcional.

No que tange às preposições *com* e *para*, ambas são semelhantes na medida em que podem ser encontradas em contextos funcionais, aparecem com predominância em contextos lexicais, ou seja, preposições lexicais. Ainda assim, se nos limitarmos ao que foi encontrado neste estudo, não seria absurdo dizer que *com*, talvez por ser menos frequente, é tratada mais comumente com um elemento lexical – mais até do que a preposição *para*.

Porém, todas essas questões ainda precisam ser exaustivamente estudadas. Este estudo, embora tenha tido o objetivo de contribuir para a pesquisa a respeito desse tema, apresenta apenas algumas considerações que precisam ser examinadas mais detalhadamente. Uma pesquisa com apenas duas crianças não é suficiente para produzir resultados que sejam definitivamente aceitos. Portanto, acredito que há necessidade de uma maior quantidade de trabalhos que possam perscrutar o tema da aquisição de preposições e as dúvidas a respeito de sua natureza, seu processo de aquisição e, em relação às preposições do português, seu estágio de gramaticalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERG, M. B. A natureza categorial da preposição. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 107-124, 1998.
- CADIOT, P. Les parametres de la notion de preposition incolore. **Faits de Langues**, v. 9, p. 127-134, 1997.
- CHOMSKY, N. **On Language: Chomsky's classic works Language and responsibility and Reflections on language**. New York: The New Press, 2007 (republicação de texto originalmente publicado em inglês em 1979)
- CHOMSKY, N. Principles and parameters in syntactic theory. In: HORNSTEIN, N.; LIGHTFOOT, D. (eds) **Explanations in Linguistics: The logical problem of language acquisition**. London: Longman, 1981, p. 32-75
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FRIEDERICI, A. Syntactic and semantic processes in aphasic deficits: the availability of prepositions. **Brain and Language** v. 15, n. 2, p. 249-258, 1982.
- JACKENDOFF, R. The base rules for prepositional phrases. In ANDERSON, S. P.; KIPARSKY, P. (eds.). **A Festschrift for Morris Halle**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973, p. 345-366
- LITTLEFIELD, H. Lexical and functional prepositions in aquisition: evidence for a hybrid category. In: BRUGOS, A.; CLARK-COTTON, M. R.; HA, S. (eds.) **BUCLD 29 Online Proceedings Supplement**, 2005. Disponível em: <https://www.bu.edu/buclid/files/2011/05/29-LittlefieldBUCLD2004.pdf> >. Acesso em 18 jun. 2019.
- LITTLEFIELD, H. **Syntax Acquisition in the Prepositional Domain: evidence from English for fine-grained categories**. Tese de Doutorado em Linguística. Boston: Boston University Graduate School of Arts and Science, 2006.
- LINJUN, W. **A Aquisição das Preposições em Português por Estudantes de Língua Materna Chinesa**. Tese de Doutorado em Linguística. Minho: Universidade do Minho, 2014.

- LUST, B. **Child Language: acquisition and growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MARTINS, D. D. O processo de gramaticalização nas preposições. **Revista Línguas & Letras**, v. 15, n. 31, 2014. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/10935/8207>>. Acesso em: 24 mai. 2020.
- MESQUITA, A. C. R. **A Categoria Preposicional na Interlíngua do Surdo Aprendiz de Português**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- MILLER, J. F. **Assessing Language Production in Children: experimental procedures**. Baltimore: University Park Press, 1981.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo Manual de Sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.
- OLIVEIRA, M. **A aquisição da preposição no português como L2: complementos verbais dativos**. Texto de apresentação na ABRALIN, 2005. Disponível em: <<http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/maril001.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- PERINI-SANTOS, P. Análise cognitiva da preposição *de* no Português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 27, n. 2, p. 37-62, 2011.
- PINKER, Steven. **The Language Instinct: how the mind creates language**. New York: Harper Collins Publishers, 2007.
- RADFORD, A. **Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- RAUH, G. On the grammar of lexical and non-lexical prepositions in English. In ZELINSKY-WIBBELT (ed). **The Semantics of Prepositions: from mental processing to natural language processing**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993, p. 99-150.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- RONAT, M. The birth of Generative Grammar. In: CHOMSKY, N. **On Language: Chomsky's classic works Language and responsibility and Reflections on language**. New York: The New Press, 2007, p.103-135. (republicação de texto originalmente publicado em inglês em 1979)
- SALLES, H. M. M. L. **Preposições do Português: um estudo preliminar**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

THOMANN, H. **Reaching up and Reaching out: prepositional processing**. Boston: Northeastern University College of Science, 2013. Disponível em: <https://repository.library.northeastern.edu/files/neu:376961>. Acesso em: 10 jan. 202.

TREMBLAY, M. Lexical and non-lexical prepositions in French. In DI SCIULLO, A.M. (ed) **Configurations**. Somerville: Cascadilla Press, 1996, p. 79-98.